



CPPE – 01 NM

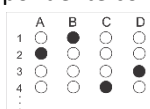
**FISCAL DE TURISMO/MEIO
AMBIENTE/URBANISMO E POSTURA**

**Editais Nº. 001/2019 – PREFEITURA
MUNICIPAL DE EXTREMOZ/RN**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a assinatura e o número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após o encerramento do prazo estabelecido para sua aplicação.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) Informática e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa (Objetivas)	10 questões	30 pontos
Informática (Objetivas)	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Específicos (Objetivas)	15 questões	60 pontos
Total de questões	30 questões	100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL MÉDIO

As questões de 01 a 10 se referem ao texto a seguir.

Viver mais só se for para viver melhor

Por Dr. Daniel Carlos

Em 1993, a revista *Lancet* publicou a carta do neurologista John Lewis sugerindo que a primeira descrição do quadro de demência de Alzheimer poderia ser atribuída ao escritor satírico Jonathan Swift, mais de um século antes de Alois Alzheimer formalizar tal descrição no meio científico. Para tanto, ele transcreve um trecho do livro "As Viagens de Gulliver", no qual o protagonista conhece os Struldbruggs, habitantes imortais de uma das ilhas que visita.

Com sua ironia que beirava a misantropia, Swift trata a imortalidade não como um milagre, mas como uma maldição. Depois dos 80 anos, os Struldbruggs seguem envelhecendo, mas "só se lembram do que aprenderam e observaram em sua juventude e na meia-idade e, mesmo assim, de uma forma imperfeita. Não é seguro confiar em sua memória. Aliás, os menos infelizes dentre eles parecem ser os que ficam caducos e perdem inteiramente a memória".

Pela experiência de Gulliver, parece que a vida teria prazo de validade, que, ao ser expirado, estragaria progressivamente o produto — no caso, nós. Tanto que "ao completar 80 anos, legalmente é como se estivessem mortos. Seus herdeiros imediatamente tomam posse de seus bens, restando-lhe apenas uma pequena pensão para seu sustento. São considerados incapazes de exercer cargo de confiança ou atividade lucrativa". Claro que com o passar dos anos ninguém vai ficando mais jovem, o que só agrava a situação: "Aos 90, perdem dentes e cabelo; não distinguem mais o sabor das coisas. Só comem e bebem, sem gosto nem apetite, o que eventualmente conseguem. Permanecem as doenças, sem aumentar ou diminuir. Ao falar, esquecem o nome das coisas, das pessoas e até mesmo dos seus amigos e parentes mais próximos. Por isso mesmo, não são capazes de se divertir com a leitura, pois sua memória não é suficiente para levá-los do começo ao fim de uma frase".

Guardadas as liberdades literárias, não é difícil relacionar tal descrição à demência de Alzheimer, doença associada ao envelhecimento cuja prevalência aumenta com a idade, dobrando a cada cinco anos e atingindo mais da metade dos idosos que passam de 95 anos.

A morte, nessa perspectiva, parece a Gulliver uma bênção. "Depois do que ouvi e vi, meu vivo apetite pela vida eterna sofreu um grande abalo. Pensei que tirano algum poderia inventar uma morte pior que uma vida como aquela. O rei soube de tudo o que se passara e zombou de mim. Desejava que eu enviasse um par de Struldbruggs para meu próprio país, para armar nosso povo contra o medo da morte." Ironicamente, o próprio Johnatan Swift morreu demenciado anos depois.

Todos os esforços médico-sanitários na história da humanidade vêm convergindo para o aumento significativo de nossa longevidade. Motivados pelo pavor que temos da morte, nós estimulamos essas descobertas e as abraçamos com entusiasmos. O destino dos Struldbruggs serve não para nos fazer abandonar esses esforços, mas para lembrar que longevidade por si só não significa nada. Sem qualidade de vida ela parece mais um castigo.

Galileu, ed. 337, ago. de 2019.

01. O título apresenta um ponto de vista que

- A) se confirma parcialmente no desenvolvimento do texto.
- B) se confirma totalmente no desenvolvimento do texto.
- C) se contrapõe totalmente à ideia defendida pelo texto.
- D) se contrapõe parcialmente à ideia defendida pelo texto.

02. A intenção prioritária do texto é

- A) comentar criticamente o romance “As Viagens de Gulliver”.
- B) exaltar a premonição do mal de Alzheimer pelo escritor satírico Jonathan Swift.
- C) narrar passagens importantes do romance “As Viagens de Gulliver”.
- D) defender um posicionamento sobre longevidade e qualidade de vida.

03. No texto a palavra “misantropia” significa aversão

- A) ao ser humano.
- B) ao sexo feminino.
- C) à eternidade.
- D) à velhice.

04. Considere o trecho a seguir.

Todos os esforços médico-sanitários na história da humanidade vêm convergindo para o aumento significativo de nossa longevidade.

A palavra **vêm** está acentuada por

- A) concordar com sujeito da oração: “**história da humanidade**”.
- B) ser um monossílabo tônico terminado em “m”.
- C) concordar com o sujeito da oração: “**todos os esforços médico-sanitários**”.
- D) ser uma oxítone terminada em “m”.

05. Considere o trecho a seguir.

Depois do que ouvi e vi, meu vivo apetite pela vida eterna sofreu um grande abalo. Pensei que tirano algum poderia inventar uma morte pior que uma vida como aquela. O rei soube de tudo o que se passara e zombou de mim. Desejava que eu enviasse um par de Struldbruggs para meu próprio país, para armar nosso povo contra o medo da morte.

A sequência narrativa está caracterizada pela

- A) simultaneidade das ações.
- B) presença do pretérito imperfeito do indicativo.
- C) caracterização de uma situação rotineira.
- D) relação de anterioridade e posterioridade das ações.

06. O último parágrafo estabelece com o antepenúltimo uma relação de

- A) explicação e pode ser introduzido pelo conector “por isso”.
- B) conclusão e pode ser introduzido pelo conector “portanto”.
- C) contraposição e pode ser introduzido pelo conector “no entanto”.
- D) finalidade e pode ser introduzido pelo conector “assim”.

07. Considerando o modo de organização, o texto apresenta características estilísticas e composicionais do gênero

- A) artigo de opinião.
- B) artigo informativo.
- C) resenha crítica.
- D) reportagem.

Para responder as questões 8 e 9, considere o período abaixo.

A morte, nessa perspectiva, parece a Gulliver uma bênção.

08. O sujeito da oração é:

- A) Gulliver.
- B) bênção.
- C) morte.
- D) nessa perspectiva.

09. Considerando a sintaxe padrão do português escrito e a pontuação, uma nova versão para o período, sem alteração de sentido, é:

- A) A Gulliver, a morte parece, nessa perspectiva, uma bênção.
- B) Nessa perspectiva, a morte, parece uma bênção, a Gulliver.
- C) A morte nessa perspectiva, parece, a Gulliver, uma bênção.
- D) Nessa perspectiva a morte parece, uma bênção, a Gulliver.

10. No segundo parágrafo, o autor utiliza uma

- A) citação indireta para contrapor à ideia apresentada no primeiro período.
- B) citação direta para comprovar a ideia apresentada no primeiro período.
- C) citação direta, que apresenta a ideia central do parágrafo.
- D) citação indireta, que apresenta a ideia central do parágrafo.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – INFORMÁTICA – NÍVEL MÉDIO

Utilize o trecho a seguir para responder as questões 11 e 12.

O vírus se instala nas máquinas de empresa, reinicia o sistema e bloqueia o acesso. Para liberar, os *hackers* pedem o pagamento de US\$ 300 em moeda virtual *Bitcoin*.

Disponível em: <https://epoca.globo.com/tecnologia/experiencias-digitais/noticia/2017/06/tecnologia-por-tras-de-mais-um-mega-ataque-cibernetico-global.html>.

Acesso em: 23 out. 2019.

11. As características citadas no trecho da reportagem são de uma praga virtual conhecida como
- A) *Phishing*.
 - B) *Ransomware*.
 - C) *Keylogger*.
 - D) *Rootkit*.
12. Para proteger o computador da ameaça das pragas virtuais, é preciso, primeiramente, atualizar
- A) a BIOS.
 - B) o antivírus.
 - C) o *firewall*.
 - D) o Sistema Operacional.
13. No *Windows 10*, para realizar uma captura da tela inteira e copiá-la para a sua Área de Transferência, utiliza-se como atalho a tecla
- A) *Pause Break*.
 - B) *Print Screen*.
 - C) *Scroll Lock*.
 - D) *Num Lock*.
14. No programa *Microsoft Word 2016*, para deixar o texto selecionado sublinhado, é utilizado o atalho
- A) Ctrl + I.
 - B) Ctrl + A.
 - C) Ctrl + N.
 - D) Ctrl + S.
15. Para acessar *sites* na *internet*, é preciso utilizar um navegador. O *Google Chrome* possui diversos atalhos para facilitar e agilizar a navegação. Ao utilizar os atalhos **Ctrl + N** e em seguida **Ctrl + Shift + N**, o navegador
- A) abre uma nova janela e uma nova aba.
 - B) abre uma nova janela privativa e uma nova aba.
 - C) abre uma nova aba e uma nova janela privativa.
 - D) abre uma nova janela e outra nova janela no modo de navegação anônima.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – FISCAL DE TURISMO, MEIO AMBIENTE, URBANISMO E POSTURA – NÍVEL MÉDIO

16. “Licença Ambiental é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental”. Sobre os tipos de licenças ambientais, é correto afirmar que
- A) a Licença Simplificada (LS) pode ser expedida em duas etapas: a primeira, para análise da localização do empreendimento, a Licença Simplificada Prévia (LSP), e a segunda para análise da instalação, implantação e operação, a Licença Simplificada de Instalação e Operação (LSIO).
 - B) a Licença de Instalação (LI) autoriza o empreendimento a se instalar e iniciar a atividade requerida e deve ser expedida após a Licença Prévia (LP).
 - C) a Licença de Alteração (LA) é emitida para alteração e modificação do empreendimento ou atividade regularmente existentes. Para ampliação do empreendimento ou atividade, é necessária a emissão da Licença de Ampliação (LAmP).
 - D) Para atividades de caráter temporário ou que não impliquem em instalações permanentes, deve ser emitida a Licença de Regularização de Operação (LRO)
17. Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, pode-se afirmar que
- A) a Área de Proteção Ambiental (APA) é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e pode ser constituída por terras públicas ou privadas.
 - B) as Unidades de Conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza dividem-se em dois grupos, com características específicas: I) Unidades de Proteção Integral e II) Unidades de Uso Sustentável. As Áreas de Proteção Ambiental (APA) fazem parte das Unidades de Proteção Interal.
 - C) as Unidades de Conservação são definidas como um espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. No município de Extremoz/RN não existe Unidades de Conservação.
 - D) as Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Constituem o grupo das Unidades de Proteção Integral, entre outros: Reserva de Fauna, Reserva Extrativista e Floresta Nacional.
18. A fiscalização ambiental é o exercício do poder de polícia. Consiste no dever que o Poder Público tem de fiscalizar as condutas daqueles que se apresentem como potenciais ou efetivos poluidores e utilizadores dos recursos naturais, de forma a garantir a preservação do meio ambiente para a coletividade. Sobre o exercício do poder de polícia e os meios de autuação, é correto afirmar que
- A) o poder de polícia é a faculdade que dispõe o Estado, ou a Administração Pública, para condicionar e limitar o exercício de direitos individuais em prol do bem comum.
 - B) quando a infração for cometida em dois municípios diferentes, os dois municípios devem entrar em acordo sobre quem deve lavrar o auto e instaurar o processo administrativo de apuração da infração, uma vez que o IBAMA e o órgão estadual não possuem competência para fiscalizar.
 - C) dentre os fatores que são observados para a imposição e gradação da pena estão: a gravidade do fato e suas consequências para a saúde pública, os antecedentes do infrator e a situação econômica do infrator, os motivos da infração não influenciam.
 - D) são circunstâncias que atenuam a pena, entre outras: baixo grau de instrução ou escolaridade do agente, comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental, ter o agente cometido a infração em período de defeso à fauna e arrependimento do infrator.

19. Sobre o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e sua estruturação, estabelecida na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6938 de 1981 e suas alterações), afirma-se que
- A) o órgão consultivo é o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) e o órgão deliberativo é a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA).
 - B) os órgãos executores são o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro de Recursos Hídricos (IBRH).
 - C) os órgãos locais são órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização, nas suas respectivas jurisdições. Na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.
 - D) os órgãos superiores possuem a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional, e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais, e é composto pelo Conselho de Governo e o Ministério do Meio Ambiente (MMA).
20. Estudos mostram que as emissões de gases de efeito estufa subiram 1,6% ao ano, entre 2008 e 2017. O aumento dos gases de efeito estufa provoca mudanças na dinâmica climática do planeta, levando ao aumento das temperaturas da Terra. Os gases de efeito estufa são
- A) Dióxido de enxofre, Dióxido de carbono, Vapor d'água e Gás metano.
 - B) Gás metano, Óxido nitroso, Dióxido de carbono e Gases fluoretados.
 - C) Gás metano, Dióxido de enxofre, Gases fluoretados e Óxido nitroso.
 - D) Óxido nitroso, Gases fluoretados, Dióxido de enxofre e Dióxido de carbono.
21. A atividade da fiscalização é exercida em partes através de vistorias para averiguar irregularidades e, a partir da averiguação, tomam-se as medidas cabíveis. Sobre os meios de atuação e os instrumentos utilizados pelo agente fiscalizador, é correto afirmar que
- A) o auto de infração consiste em um documento lavrado pelo agente fiscalizador ao ser constatada alguma infração à legislação.
 - B) o auto de infração é o documento que resulta de toda vistoria, devendo relatar o que foi visto *in loco* caso não exista infração a ser registrada.
 - C) o auto de infração só pode ser lavrado após o agente fiscalizador intimar o infrator a se defender da infração que foi cometida.
 - D) o auto de infração é um dos instrumentos utilizados pelo agente fiscalizador e consiste em uma notificação utilizada para informar que houve uma infração. Quando a infração é passível de multa, é gerado o auto de multa, que deve conter os dados do autuado e o valor da multa.
22. Atualmente, a qualidade da água está comprometida devido a diversas fontes de poluição. Essas fontes podem ser classificadas em duas formas: pontual e difusa. A fonte de poluição
- A) difusa é mais difícil de ser identificada. São exemplos de fonte de poluição difusa: Infiltração de agrotóxicos no solo, infiltração de chorume em áreas de disposição de resíduos sólidos e fossas negras.
 - B) difusa é mais fácil de ser identificada. São exemplos de fonte de poluição difusa: Infiltração de agrotóxicos no solo, infiltração de chorume em áreas de disposição de resíduos sólidos e fossas negras.
 - C) pontual é mais fácil de ser identificada. São exemplos de fonte de poluição pontual: Infiltração de agrotóxicos no solo, infiltração de chorume em áreas de disposição de resíduos sólidos e fossas negras.
 - D) pontual é mais difícil de ser identificada. São exemplos de fonte de poluição pontual: Infiltração de agrotóxicos no solo, infiltração de chorume em áreas de disposição de resíduos sólidos e fossas negras.

23. São exemplos de princípios da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA):

- A) acompanhamento do estado da qualidade ambiental; proteção de áreas ameaçadas de degradação; racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; e, recuperação de áreas degradadas.
- B) avaliação de impactos ambientais; estabelecimento de critérios e padrões de qualidade; licenciamento e revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras; e, zoneamento ambiental.
- C) avaliação de impactos ambientais; estabelecimento de critérios e padrões de qualidade; proteção de áreas ameaçadas de degradação; e, zoneamento ambiental.
- D) estabelecimento de critérios e padrões de qualidade; proteção de áreas ameaçadas de degradação; racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar; e, zoneamento ambiental.

Considerando o que determina a Lei nº. 8.817/2006 e sua atualização dada pela Lei nº 10.417/2018, responda às questões 24 e 25.

24. Os passeios de buggy estão entre os principais produtos turísticos potiguares. De acordo com as leis que disciplinam a atividade de buggy-turismo no Rio Grande do Norte, é possível afirmar que o permissionário, no exercício regular dessa atividade, poderá

- A) executar seus serviços, partindo de qualquer área e município do território nacional, podendo o passeio ser estendido a qualquer lugar do mesmo território.
- B) executar seus serviços, partindo de qualquer área e município pertencente ao território do Rio Grande do Norte, podendo o passeio ser estendido a qualquer lugar do RN.
- C) executar seus serviços, partindo exclusivamente da área e município do território do Rio Grande do Norte para o qual foi concedida a permissão, podendo o passeio ser estendido a qualquer lugar do RN.
- D) executar seus serviços, partindo exclusivamente da área e município do território do Rio Grande do Norte para o qual foi concedida a permissão, ficando o passeio restrito a mesma área e município da partida, de acordo com a concessão recebida.

25. O capítulo VII das referidas leis estipula penalidades aos permissionários do serviço de buggy-turismo passíveis de serem aplicadas pela inobservância dos deveres e exigências contidas nas leis, como também outros atos regulamentares expedidos pela Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR-RN). De acordo com esse instrumento, existem alguns tipos de penalidades. Um exemplo de irregularidade que poderá provocar a penalidade de cassação do credenciamento e/ou permissão é

- A) utilização de veículos não credenciados ou em condições irregulares para realização do serviço de buggy-turismo por permissionário, bugueiro credenciado ou motorista contratado.
- B) exposição deliberada do turista a qualquer tipo de constrangimento, incômodo ou desconforto que lhe provoque transtornos.
- C) acidente grave provocado por comprovada negligência, imprudência, imperícia ou dolo.
- D) veículo não portar os equipamentos obrigatórios.

26. Conforme política implementada pelo Ministério do Turismo (MTur), o Mapa do Turismo é um instrumento utilizado pelo próprio Ministério, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas na área, especialmente no que se refere a definição de prioridades de investimentos. A atualização do mapa acontece a cada 02 anos, segundo critérios pré-estabelecidos para cada edição. Na edição de 2019, cada município interessado na permanência, exclusão ou ingresso em uma Região Turística do Mapa do Turismo Brasileiro, conforme o Mtur por meio do seu Programa de Regionalização do Turismo, deveria atender um conjunto de critérios. Sendo assim assinale a alternativa que indica exemplos de critérios adotados na última edição.
- A) **(I)** comprovar a existência de órgão ou entidade responsável pela Pasta de turismo; **(II)** comprovar a existência do inventário turístico atualizado do município, por meio da anexação do documento na plataforma INVTUR; **(III)** comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo.
- B) **(I)** comprovar a existência de órgão ou entidade responsável pela Pasta de turismo; **(II)** comprovar a existência de dotação orçamentária destinada ao turismo; **(III)** comprovar a existência de Conselho Municipal de Turismo ativo.
- C) **(I)** comprovar a existência do inventário turístico atualizado do município, por meio da anexação do documento na plataforma INVTUR; **(II)** comprovar existência de plano municipal de turismo, ou documento equivalente, aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo; **(III)** possuir prestador(es) de serviços turísticos de atividades obrigatórias registrados no CADASTUR.
- D) **(I)** comprovar a existência de órgão ou entidade responsável pela Pasta de turismo; **(II)** comprovar a existência de Conselho Municipal de Turismo ativo; **(III)** comprovar existência de plano municipal de turismo, ou documento equivalente, aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo.
27. A metodologia desenvolvida pelo Ministério do Turismo para a Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro considera um conjunto de indicadores que são trabalhados por meio de uma análise *cluster*. As variáveis utilizadas na categorização 2019-2021 foram
- A) (1) quantidade de estabelecimentos de hospedagem; (2) quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem; (3) quantidade estimada de visitantes domésticos; (4) quantidade estimada de visitantes internacionais; (5) quantidade de empresas organizadoras de eventos.
- B) (1) quantidade de estabelecimentos de hospedagem; (2) quantidade de agências de viagens; (3) quantidade de restaurantes, bares e similares; (4) quantidade de empresas organizadoras de eventos; e (5) quantidade de empregos gerados pelo turismo.
- C) (1) quantidade de estabelecimentos de hospedagem; (2) quantidade de agências de viagens; (3) quantidade de restaurantes, bares e similares; (4) quantidade estimada de visitantes; e (5) arrecadação de impostos federais a partir das empresas de turismo.
- D) (1) quantidade de estabelecimentos de hospedagem; (2) quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem; (3) quantidade estimada de visitantes domésticos; (4) quantidade estimada de visitantes internacionais e (5) arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem.

28. A Lei nº 11.771/ 2008, também conhecida como Lei Geral do Turismo, tornou obrigatório o cadastro de empresas prestadoras de serviços turísticos no Ministério do Turismo (MTur) na plataforma CADASTUR, As atividades cujo cadastro no MTur é obrigatório são
- A) meios de hospedagem; agências de turismo; transportadoras turísticas; organizadoras de eventos; parques temáticos; e acampamentos turísticos.
 - B) meios de hospedagem; agências de turismo; transportadoras turísticas; organizadoras de eventos; parques temáticos; restaurantes, bares e similares.
 - C) meios de hospedagem; agências de turismo; transportadoras turísticas; organizadoras de eventos; restaurantes, bares e similares; e prestadores de serviços especializados na realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades.
 - D) meios de hospedagem; agências de turismo; restaurantes, bares e similares; organizadoras de eventos; centros ou locais destinados a convenções e/ou a feiras e a exposições e similares; e prestadores de serviços especializados na realização e promoção das diversas modalidades dos segmentos turísticos, inclusive atrações turísticas e empresas de planejamento, bem como a prática de suas atividades.
29. O Plano Estratégico e *Marketing* para o Turismo do Rio Grande do Norte é o documento que contém o planejamento estratégico e promocional para o RN nos anos subsequentes à sua publicação, ocorrida em 2017. No planejamento de *marketing* encontrado no relatório final, especialmente no que se refere aos mercados-alvo e priorização, existem recomendações de 03 (três) mercados prioritários em curto e médio prazo. São eles
- A) Brasil (São Paulo), Chile (Santiago) e Itália (Roma).
 - B) Brasil (Rio Grande do Sul), Paraguai (Assunção) e Espanha (Madri).
 - C) Brasil (São Paulo), Argentina (Buenos Aires) e Portugal (Lisboa).
 - D) Brasil (Rio Grande do Sul), Uruguai (Montevideu) e Portugal (Lisboa).
30. A literatura de turismo é repleta de discussões sobre os impactos do turismo em diversas dimensões, tanto do ponto de vista positivo quanto negativo. A exemplo de impactos exclusivamente econômicos e ambientais provocados/estimulados pelo turismo, sejam eles tanto positivos quanto negativos, tem-se
- A) aumento de problemas associados à violência e à prostituição; geração de emprego e renda; resgate e valorização da cultura local; e, vazamento da receita turística.
 - B) especulação imobiliária e aumento de preços em geral; estímulo à preservação ambiental; geração de emprego e renda; e, poluição sonora e ambiental.
 - C) aumento de problemas associados à violência e à prostituição; estímulo à preservação ambiental; melhoria da qualidade de vida da população local; e, poluição sonora e ambiental.
 - D) descaracterização da cultura local; geração de emprego e renda; melhoria da qualidade de vida da população local; e, vazamento da receita turística.